

Redação

AUTOR
Felipe Pereira Cunha

CAPA:
Humberto Nunes

DIAGRAMAÇÃO:
Cristiano Marques

DIREITOS RESERVADOS:
© Felipe Pereira



PROF.
FELIPE PEREIRA

Desperte o bom texto que há em você

SUMÁRIO

- 3 | Missão
- 4 | Os 7 Passos
- 5 | As 5 Competências
- 7 | Estrutura de Parágrafos
- 8 | Temas inéditos estilo ENEM

MISSÃO

Despertar o Texto que nos habita. Ordenar o pensamento e, assim, desenvolver a escrita. O Texto como conjunto de palavras anterior à frase, externo a ela. Escrever com segurança, saber o que não escrever, ouvir os silêncios do discurso, guiar sua própria linguagem, na condução mágica daquilo que se pensa em harmonia com aquilo que se escreve. Perceber o rumor da língua, que quase não se escuta, mas que nos constitui.

O Texto nasce na gente e depois vai para o papel.

A escrita é mental, porém é também mecânica. **Disciplina.** Somos um País sem o hábito de escrever; escrevemos pouco, temos vergonha dos nossos Textos. Por isso, cada frase bem escrita muda um pouco a história de todos nós. Escrever é um ato que exige prática e paciência, mas que nos gera benefícios eternos.

Segundo o Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf), atualizado em 2018, **três** em cada **dez** adultos e jovens entre 15 e 64 anos são considerados analfabetos funcionais, o que equivale a quase 30% do total. São 38 milhões de pessoas que não conseguem escrever nem entender um Texto.

Escrever bem é uma forma de libertação: uma libertação autêntica, que é a humanização em processo, isso não é algo que possa ser depositado nas pessoas. Não é uma palavra a mais, oca, mítica. É práxis, que implica a ação e a reflexão sobre o mundo para transformá-lo.

Escrever é uma forma de sentir-se digno de ser ouvido.

Escrever é desprender-se de si e conectar-se à Linguagem.

Escrever é uma forma de vir a ser.

Escrever é eternizar-se.

OS 7 PASSOS

Os 7 Passos são um método que te ajudam a organizar, antes de tudo, o pensamento. Somente pensando melhor é que se escreve melhor. Pensar melhor significa assumir o controle lógico das próprias ideias e se tornar protagonista no projeto e na execução do próprio texto. Para que esse sistema funcione, é fundamental a compreensão da situação social em que está inserido o vestibulando: um autor que faz um texto às pressas que será lido às pressas. Um texto de Ensino Médio que tem como obrigação abordar um tema genérico de forma genérica.

Os 7 Passos não são um modelo textual de frases prontas. Quem estuda comigo não repete a palavra dos outros, na verdade passa a ser confiante nas próprias palavras e permite que desperte o bom texto que há em todas as pessoas.

Passo 1: Decorar o tema nas suas exatas palavras

Passo 2: Escolher uma causa e uma consequência

Passo 3: Planejar o D1 a partir da Causa e o D2, da Consequência

Passo 4: Começar a escrever: palavras simples e frases curtas.

Passo 5: Usar conectivos

Passo 6: Inserir qualquer repertório nos desenvolvimentos.

Passo 7: Elaborar proposta de intervenção

AS 5 COMPETÊNCIAS

Os critérios de avaliação da redação no Enem dizem muito sobre o processo histórico no qual se inscreve o Exame Nacional, segundo maior do planeta. A exigência de uma proposta de intervenção social é a maior peculiaridade na avaliação, o que dá ao texto uma gama de possibilidades restritas e previsíveis, tanto em relação à estrutura interna da redação, quanto em relação aos temas.

Competência 1 (200 pontos)

Demonstrar domínio da norma culta.

- Este setor da nota compreende 20% da nota final e está relacionado a todas as convenções gramaticais prescritas pela gramática tradicional. O importante é saber que, ao cometer 2 erros de gramática (desde que não sejam do mesmo tipo), é possível tirar nota máxima (200 pontos). Caso você tenha um número considerável de erros MAS SEU TEXTO FIQUE CLARO, OBJETIVO E SIMPLES, a nota não baixa de 160 pontos nessa área. Isto é, o ENEM está dizendo que vai valorizar mais a sua CLAREZA do que o domínio de regras específicas.

OBS: o passo 4 tem o objetivo de nos garantir, no mínimo, 160 na competência 1, já que mantém o foco na clareza, por meio da simplicidade das palavras e do tamanho (sempre curto) das frases.

Competência 2

Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo.

- Esta competência engloba três diferentes aspectos textuais:
 1. abordagem ao tema
 2. caráter dissertativo (opinativo)
 3. repertório cultural

OBS: o passo 1 garante a nossa abordagem ao tema, uma vez que as exatas palavras do tema serão decoradas, e essa é a gênese da nossa redação. O passo 2 garante o caráter dissertativo, pois, ao estabelecer relações de causa e consequência, nós estamos avaliando/opinando sobre problema. E o passo 6 garante o repertório sociocultural, sempre deixando claro que o importante é o nosso repertório estar associado às nossas ideias explicitamente; ou seja, tudo bem o repertório não ter relação direta com o tema, desde que esteja relacionado ao nosso texto.

Competência 3

Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

- Esta competência é o coração do nosso 900+! É a que revela a existência de um projeto de texto anterior à escrita. E isso se evidencia na relação entre os parágrafos. Na introdução, apresenta-se o tema e define-se a opinião: a forma de problematizar o tema. Nos desenvolvimentos, retoma-se esta opinião e a comprova com argumentos, fatos, referências, etc. E na conclusão retoma-se o que já se disse e elaboram-se as duas propostas de intervenção social, cada uma aplicada a cada uma das duas problemáticas presentes em cada um dos desenvolvimentos.

OBS: os passos 1, 2 e 3 representam um modelo lógico para que seja feito o projeto de texto. Decorando o tema no passo 1, escolhendo UMA causa e UMA consequência no passo 2 e planejando os quatro parágrafos a partir disso no passo 3, nosso texto é bem avaliado na Competência 3 e vai se diferenciar muito das outras redações por sua organização.

Competência 4

Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

- Esta competência avalia o uso de conectores (conjunções, pronomes, elipses, etc.). É fundamental explicitar a conexão entre as partes de um mesmo parágrafo e entre diferentes parágrafos.

OBS: o passo 5 garante pontos na competência 4, na medida em que preenche nosso texto de conectivos a cada ponto-final, além de nos dar uma estratégia clara para relacionar os 4 parágrafos.

Competência 5

Elaborar proposta de solução para o problema abordado, mostrando respeito aos valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

- Esta é a competência que avalia a proposta de intervenção social. Para obter nota máxima, a proposta deve obedecer basicamente a dois princípios:

- estar conectada com o que a própria redação desenvolveu (especialmente nos desenvolvimentos)
- ser detalhada em 5 elementos: agente/ação/meio/finalidade/consequência

OBS: o passo 7 garante pontos na competência 5, considerando que nos dá uma visão objetiva acerca da proposta de intervenção, que deixa de ser abstrata e passa a ser vista como um elemento estrutural do texto.

ESTRUTURA DE PARÁGRAFOS

Introdução

Tema + Causa e Consequência

(5 a 6 linhas, 2 a 3 pontos-finais)

1. Apresentar o tema nas suas exatas palavras, ou o mais próximo disso possível.

2. Relacionar o tema a...

Causa e Consequência

OU

Causa 1 e Causa 2

OU

Consequência 1 e Consequência 2

Desenvolvimento 1

Tema + Causa

(8 a 9 linhas, 3 a 5 pontos-finais)

1. Retomada do tema e do PRIMEIRO TÓPICO anunciado na Introdução

2. Explicação/aprofundamento da relação de causa e consequência

3. Validação da relação de causa/consequência (exemplos concretos, informações do texto de apoio, referências teóricas, fatos históricos, analogias, citações)

4. Fechamento do desenvolvimento 1, no qual você **reforça aquilo que disse no início do próprio parágrafo.**

Desenvolvimento 2

Tema + Consequência

(8 a 9 linhas, 3 a 5 pontos-finais)

1. Retomada do tema e do SEGUNDO TÓPICO anunciado na Introdução

2. Explicação/aprofundamento da relação de causa e consequência

3. Validação da relação de causa/consequência (exemplos concretos, informações do texto de apoio, referências teóricas, fatos históricos, analogias, citações)

4. Fechamento do desenvolvimento 2, no qual você **reforça aquilo que disse no início do próprio parágrafo.**

Conclusão

Tema + Proposta de Intervenção

(6 a 8 linhas, 2 a 4 pontos-final)

1. Elaborar proposta de intervenção

2. Cabe a (agente) realizar (ação) por meio de (o meio) a fim de que (finalidade). Dessa forma, a consequência será (consequência).

OBS: a maioria das redações 900+ apresentam duas propostas: **uma focada no D1, outra focada no D2.**

OBS 2: é possível elaborar apenas uma proposta, desde que ela tenha os 5 itens e resolva os problemas abordados nos desenvolvimentos.

TEMAS INÉDITOS ESTILO ENEM

Tema 1

A mobilidade urbana e sua influência na qualidade de vida

Embora seja a solução mais incensada atualmente, a bicicleta é apenas uma das saídas para resolver ou amenizar o trânsito caótico que importuna a vida de 10 entre 10 moradores das grandes cidades. A mobilidade contempla um leque bem maior de ações, pois deve harmonizar equipamentos urbanos como calçadas, arquitetura, praças, pedestres, carros, arborização, ciclovias e mesmo espaço para skatistas.

“Mobilidade é mais abrangente que tráfego de veículos. A rua é de todo mundo e temos que conviver bem com a totalidade do ecossistema urbano. As calçadas estão intransitáveis para nós, imagine para os cadeirantes”, provocou o professor Luiz Silvério Silva, da Faculdade de Administração e Economia e coordenador da Cátedra de Gestão de Cidades da Universidade Metodista.

O tema pautou o 4º Colóquio da Cátedra, Gestão de Cidades, da Universidade Metodista de São Paulo que a cada semestre promove debate e reflexão sobre temas relevantes da vida urbana. A Mobilidade Urbana foi levada para os três campi da Metodista na primeira semana de março de 2015 e reuniu turmas de cursos variados.

Governos vêm resolvendo pela metade o problema do caos no trânsito das grandes cidades, que foram pensadas para o carro. O modelo atual é de consumo de petróleo, de estímulo ao usuário de veículo automotor, “fazendo com que bicicletas fiquem para segundo plano, como se fosse coisa de pobre”, definiu a professora do Núcleo de Formação Cidadã, Márcia Velasques. “Nas pequenas cidades do interior, a bicicleta é o meio mais comum de transporte. A inversão ocorreu nas grandes cidades”, citou, lembrando do desgaste físico e emocional cada vez maior de se enfrentar congestionamentos infundáveis, o custo monetário do trânsito e a escassez de espaços disponíveis para estacionar.

No vídeo de abertura do evento, reportagem exibiu que jovens norte-americanos já colocam o celular à frente do primeiro carro como desejo de consumo, enquanto na Itália vendem-se mais bicicletas que automóveis pela primeira vez em meio século. “Todos voltam da Europa encantados com a modernidade das ciclovias, mas se um prefeito reserva uma faixa para bikes na frente de casa, muitos protestam”, comparou professor Luiz Silvério.

Carlos Henrique de Oliveira, professor do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Metodista, chegou a incluir o transporte aquático no leque de diversidades contempladas pela mobilidade urbana. Segundo ele, São Paulo e em particular o Grande ABC são banhados por grande rede hídrica que facilitaria seu uso para deslocamentos internos.

Tema 2

Os efeitos negativos do preconceito linguístico

O preconceito linguístico e sua relação com o poder

O preconceito linguístico é uma atitude em que o indivíduo faz um pré-julgamento da forma de usar a língua, seja na fala seja na escrita, do outro semelhante. Nessa conduta, ocorre o preconceito, uma vez que o julgador se acha superior linguisticamente ao julgado e conseqüentemente se acha melhor como indivíduo.

Conforme Bagno (2003, p. 75), “os preconceitos linguísticos impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo”. Também é certo que o indivíduo não restringe suas ideias pré-concebidas apenas a uma modalidade de preconceito, certamente quem manifesta o preconceito linguístico também é preconceituoso em relação à cor, opção sexual, de classe social, etc. E tudo gerado pela ignorância em relação à complexidade desses fatores sociais. É inquestionável a influência exercida pela língua na vida dos seres humanos, por isso, a forma como falamos e escrevemos diz (ou pode dizer) muito sobre a pessoa, daí vem a inter-relação do linguístico com o social. A linguagem influencia a convivência entre as pessoas, ao mesmo tempo em que é influenciada por ela, com isso, considerar a fala do próximo como erro e inferior não implica apenas em questões linguísticas, mas em questões sociais. São conhecidos em estudos da linguística e da sociolinguística termos como ‘norma culta’ e ‘norma padrão’, esses servem para designar uma modalidade linguística falada que se aproxima da que está presente nas gramáticas, dicionários etc. e tem como base os clássicos da literatura e o idioma arcaico. É nesse idioma padronizado que os preconceituosos linguisticamente se baseiam, considerando qualquer desvio dessa norma como errado e sem importância, ignorando que a própria norma culta falada, por vezes, não corresponde às regras gramaticais canônicas.

Trava-se, assim, uma batalha entre os estudiosos da linguagem e os chamados puristas. Os primeiros levam em conta que a língua é algo histórico e, conseqüentemente, sofre as mudanças dentro dos contextos sociais, culturais e históricos, com isso, são contra a normatização daquela. Já os segundos estão do lado da elite dominante e querem preservar a língua, considerada por eles como correta, das intromissões errôneas dos dialetos desprestigiados socialmente. Ainda podemos colocar ao lado dessa segunda corrente, a imprensa e os meios midiáticos em sua grande maioria. Cotidianamente vemos exemplos bem explícitos do preconceito linguístico sendo divulgados em rádios, nos jornais e principalmente na televisão. Esses sistemas têm o poder de criar estereótipos, fazendo o senso comum aceitar como verdadeiro retrato da sociedade. Então a mídia faz uma distorção do conceito de língua e não leva em conta que ela é a identidade do povo que a usa.

[O preconceito linguístico na mídia televisiva. Máira Éliidy Brito Junqueira (UNEB); Adriana Bastos Souza (UNEB); Genilson Dias Silva (UNEB); Luciene Ferreira da Silva (UNEB); Vanda Alves da Silva Almeida (UNEB)]. Disponível em <http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/tomo_3/212.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017

Tema 3

A necessidade de debater acerca de transtornos mentais

Texto I

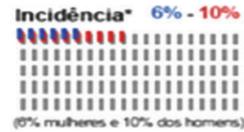
Doenças mentais

Cerca 20% dos adultos tendem a sofrer de algum transtorno mental em algum momento de sua vida. Confira a incidência de algumas doenças, os tratamentos e onde buscar ajuda



Depressão

O que é
Sentimento de tristeza intensa, profunda e persistente, desproporcional ao acontecimento



Tratamento
O uso de medicamentos é a base do tratamento, que pode ser complementado com psicoterapias

Onde buscar ajuda?

Nas unidades básicas de saúde com atendimento psiquiátrico, Centro de Atenção Psicossocial (Caps) ou nos ambulatórios de hospitais-escola ou hospitais gerais



Distúrbio de ansiedade generalizado

O que é
Nervosismo e preocupação intensos, duradouros e frequentes, com permanências de pelo menos seis meses



Tratamento
Dependendo do distúrbio de ansiedade, ansiolíticos e psicoterapia podem aliviar a disfunção

Onde buscar ajuda?

Nas unidades básicas de saúde com atendimento psiquiátrico, Centro de Atenção Psicossocial (Caps) ou nos ambulatórios de hospitais-escola ou hospitais gerais



Distúrbio do pânico

O que é
Ansiedade extrema, com sintomas físicos como dores no peito, falta de ar, agitação, sudorese e palpitações



Tratamento
Em casos mais leves pode existir recuperação sem medicação. Em casos mais graves, indica-se remédios e terapia

Onde buscar ajuda?

Nas unidades básicas de saúde com atendimento psiquiátrico, Centro de Atenção Psicossocial (Caps) ou nos ambulatórios de hospitais-escola ou hospitais gerais



Transtorno Bipolar

O que é
Episódios de depressão alternados com episódios de exaltação e euforia



Tratamento
Antidepressivos, com controle rígido dos efeitos sobre o humor. Também são usados remédios estabilizadores do humor

Onde buscar ajuda?

Nas unidades básicas de saúde com atendimento psiquiátrico, Centro de Atenção Psicossocial (Caps) ou nos ambulatórios de hospitais-escola ou hospitais gerais



Esquizofrenia

O que é
Perda de contato com a realidade, alucinações, delírios, alteração de desempenhos e motivação diminuída



Tratamento
São usados medicamentos antipsicóticos, psicoterapia e reabilitação com atividades de apoio comunitário

Onde buscar ajuda?

Nos Centros de Atenção Psicossocial ou nos hospitais com atendimento psiquiátrico

G1.com.br

* Em porcentagem da população Fonte: Manual Merck de Informação Médica

Tema 4

Caminhos para combater o consumismo no Brasil

Texto de apoio: O que é consumismo?

Se buscarmos pelo termo *consumismo* no dicionário, encontraremos a seguinte definição: “Hábito ou ação de consumir muito, em geral, sem necessidade”.

A própria definição já carrega uma ideia negativa, pois aponta para um consumo supérfluo, ou seja, que não traz solução para nenhum problema real do consumidor.

Sendo assim, *consumismo* é a palavra normalmente usada para definir um consumo desenfreado e excessivo. É o ato de comprar apenas por comprar, sem que aquela compra tenha sido devidamente planejada e necessária.

O consumismo no Brasil pode ajudar o país?

As transformações no comportamento do consumidor brasileiro abriram espaço para muitas discussões e reflexões sobre o futuro do país.

Por mais que o fato de estarmos cada vez mais consumistas seja fonte de muitas preocupações e críticas, há alguns pontos que são encarados como positivos nesta realidade.

Um período de crescimento do consumismo poderia significar, por exemplo, o aumento do poder de compra da população, como reflexo de uma diminuição da taxa de desemprego e salários justos.

Para o mercado e para os empreendedores, uma sociedade mais propensa a gastar dinheiro pode representar o quadro ideal.

Afinal, se o consumidor não pensa criticamente sobre aquele consumo, será necessário pouco esforço para convencê-lo a realizar compras. E isso leva ao alavancamento das vendas, aumento do lucro e movimentação de caixa.

Entretanto, não dá para ignorar os aspectos econômicos no nível individual, principalmente nós, brasileiros, que vivemos em situação de extrema desigualdade social.

O consumismo no Brasil atinge todas as parcelas da população, e não são todos que conseguem bancar esse consumo excessivo por muito tempo.

Além disso, o consumismo faz com que milhares de pessoas tentem viver em condições que não são compatíveis com sua realidade financeira, levando a um aumento de buscas por linhas de crédito, empréstimos e, muitas vezes, à falência.

No fim, a questão que fica é: compensa pagar o preço que pagamos para aquecer a economia e movimentar o comércio?

O consumo é consciente?

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), apenas 3 entre 10 brasileiros podem ser considerados consumidores conscientes.

A pesquisa levou em consideração os hábitos e comportamentos dos entrevistados e analisou não apenas as práticas financeiras, mas também sociais e ambientais.

Em todas as três categorias, os resultados obtidos foram abaixo do ideal, o que aponta para a necessidade de muita mudança e conscientização da população, se pretendemos realmente lidar com o consumo de forma mais saudável.

Se falamos anteriormente que o consumismo pode trazer algo positivo para o país na dimensão da economia, essa é a hora de falar das outras dimensões do consumo e de seu excesso.

Tema 5

O desafio da inserção do jovem brasileiro no mercado de trabalho

Texto de apoio:

No mundo, pessoas com menos de 24 anos equivalem à quase metade dos sete bilhões da população total, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, o censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontou que a população de 15 a 24 anos somava 34.236.064 pessoas, o que equivale a 18% do total de brasileiros. No país, apesar da pequena diminuição no número de jovens na última década - o censo de 2000 apontou 34.081.330 de pessoas de 15 a 24 anos ou 20% da população total -, o desafio é propiciar a essa população condições para um crescimento social e profissional, principalmente no que diz respeito à educação e ao trabalho.

A juventude brasileira é caracterizada por heterogeneidade e desigualdades. De acordo com o relatório Trabalho Decente e Juventude no Brasil, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), “existem, na verdade, juventudes diversas, imersas em distintos cenários. As mulheres jovens, os jovens negros de ambos os sexos, assim como os jovens das áreas metropolitanas de baixa renda, ou de determinadas zonas rurais, são afetados de forma mais severa pela exclusão social, pela falta de oportunidades e pelo deficit de emprego de qualidade”.

A pedagoga Nádia Maciel Falcão, professora da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), concorda: “As dificuldades se aprofundam quando se operam recortes de renda, cor da pele, região de moradia e sexo”. As oportunidades, afirma ela, estão desigualmente distribuídas e a maioria dos jovens brasileiros não dispõe dos suportes necessários para que sigam com tranquilidade por esta etapa da vida e para que ampliem seus graus de autonomia e independência rumo à vida adulta.

“Para os jovens brasileiros, a exposição à violência, o acesso ao emprego e educação escolar de qualidade podem ser considerados os grandes desafios da atualidade. Mesmo que os problemas enfrentados nessas três dimensões não sejam exclusividade da juventude, é para essa categoria social que eles se aprofundam e têm efeitos diretos sobre os seus modos de viver as experiências presentes e projetar o futuro”, explica Falcão.

Para Maria de Livia Tommasi, doutora em Sociologia e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), falta muito a ser feito no país para os jovens no âmbito das oportunidades de ingresso e permanência no mercado de trabalho. “Não há programa de inserção dos jovens no mercado de trabalho. A única política de fôlego tem sido a ampliação das universidades públicas e a facilitação do acesso ao ensino superior por meio do Prouni [Programa Universidade para Todos]”, ressalta.

[disponível em <http://www.webaula.com.br/index.php/pt/acontece/noticias/3065-maior-desafio-social-do-jovem-brasileiro-e-acesso-ao-mercado-de-trabalho>]

Tema 6

Alternativas para diminuir a produção de lixo doméstico no Brasil

Texto I

Para quem quiser fazer a sua parte, diminuindo a geração de lixo doméstico, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente dá algumas dicas:

- 1 - Planeje bem suas compras. Compre a quantidade de alimento necessária para o consumo, observe a data de vencimento, cozinhe o que será consumido. Isso evita o desperdício e reduz a geração de resíduos;
- 2 - Utilize a impressora apenas quando for necessário e use os dois lados do papel.
- 3 - Na medida do possível, substitua os copos descartáveis;
- 4 - Escolha produtos com menos embalagens. Prefira produtos a granel para evitar potes e recipientes desnecessários. Evite produtos embalados individualmente, pois produzem mais resíduos. Compre produtos não descartáveis e que possam ser reutilizados;
- 5 - Dê preferência às embalagens retornáveis. “Quando jogamos alguma coisa fora, não estamos nos livrando de um pequeno resíduo, mas aumentando o problema da poluição”, alerta o secretário. Utilize embalagens de bebidas retornáveis, assim evitará que uma quantidade de lixo seja gerada desnecessariamente;
- 6 - Prefira sacolas retornáveis para carregar suas compras, evitando as embalagens plásticas descartáveis;
- 7 - Boa parte das embalagens e outros produtos que se adquire podem ser reutilizados para fins úteis, transformando-se em potes para guardar mantimentos, decoração e embalagens de presente. Basta usar a criatividade;
- 8 - Roupas e sapatos em bom estado podem ser doados ou reutilizados, modificando sua aparência ou finalidade;
- 9 - Busque alternativas para reduzir o peso de seu lixo. Retirar o líquido presente nas embalagens é fundamental, pois boa parte do resíduo recolhido pelos caminhões é água. As cascas de alimentos e o pó de café, por exemplo, podem ser reutilizados como adubo para vasos e jardins;

10 - Outra dica para reduzir o volume do lixo doméstico é preferir embalagens que possam ser compactadas. Desmontar caixas longa vida e de papelão e comprimir as embalagens sempre que possível é uma maneira de aumentar a capacidade de cada caminhão. Muitas vezes, um caminhão de coleta que pode comportar seis toneladas, carrega apenas três toneladas.

[disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/pequenas-atitudes-podem-diminuir-producao-de-lixo-da-cidade/32655>]

Texto II:



“A maneira como cada cidadão separa, embala e dispõe o lixo doméstico faz muita diferença. Portanto, cada um de nós pode melhorar o processo de coleta de lixo, ajudando a tornar a cidade mais sustentável”, afirma o secretário municipal do Meio Ambiente, Renato Lima. Para isso, bastam atitudes simples, que não exigem tempo ou custos extras. Uma mudança simples de hábito é suficiente.

É sobre isso que trata a campanha lançada pela Prefeitura de Curitiba neste sábado (05). Com o slogan “Reduza, reutilize, recicle, faça a sua parte”, o personagem Dr. Sigmundo incentiva a redução do lixo.

A orientação, além de reduzir, é para que apenas papel, plástico, vidro e metal sejam encaminhados para a coleta seletiva. Guardanapos e papeis sujos e objetos como cabos de panela, tomadas, cliques e grampos, por exemplo, não devem fazer parte deste material. Reutilizar com criatividade o material reciclável também é uma das sugestões do personagem.

Tema 7

Caminhos para desenvolver a educação financeira nas escolas brasileiras

Texto de apoio:

Como tema transversal na BNCC, o assunto irá fazer parte de todos os currículos do país; veja como escolas e redes podem trabalhar o consumo consciente com os estudantes

Por Marina Lopes, 29 de março de 2018

Nos próximos dois anos, a educação financeira deve chegar às salas de aula de todo país. Com a homologação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), o assunto agora está entre os temas transversais que irão compor os currículos de redes e escolas. Apesar de ser destacado explicitamente apenas na área de matemática, a proposta do documento é que estados e municípios possam abordar o consumo consciente e o planejamento financeiro em diferentes disciplinas.

A inclusão do tema na Base segue a tendência de estudos recentes da área, que apontam que quanto mais cedo a educação financeira é abordada, maiores são as chances dos estudantes adotarem hábitos de consumo consciente. De acordo com os resultados da Pesquisa Nacional de Educação Financeira nas Escolas, realizada pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), Abefin (Associação Brasileira dos Educadores Financeiros) e Instituto Axxus, 81% dos alunos que têm educação financeira gastam parte do que recebem e guardam outra parte para realizar seus sonhos.

Para Reinaldo Domingos, presidente Abefin (Associação Brasileira de Educadores Financeiros) e da DSOP Educação Financeira, essa abordagem nas escolas possibilita que o país tenha uma geração mais educada financeiramente nos próximos anos. “Temos a grande chance de fazer com que as próximas gerações tenham resultados no quesito de como lidar com o dinheiro de forma consciente para realizar desejos e sonhos”, sugere.

Além disso, o presidente Abefin também destaca que a entrada do tema nas salas de aula pode gerar impacto na organização financeira das famílias. Ao terem contato com esse conteúdo, os estudantes podem atuar como multiplicadores, conforme demonstrou a pesquisa de educação financeira nas escolas, ao indicar que 70% das crianças que têm educação financeira nas escolas ajudam os pais a comprar de forma consciente.

Adaptação aos currículos escolares

Apesar do texto introdutório da Base sugerir que a educação financeira seja trabalhada de forma transversal e integradora, essa menção aparece explícita no documento orientador de matemática no quinto, sexto, sétimo e nono ano do ensino fundamental. No entanto, a superintendente da AEF-Brasil (Associação de Educação Financeira), Claudia Forte, destaca que é importante que as escolas e redes adotem um trabalho articulado nos seus currículos. “A educação financeira vai além da compreensão de juros simples e compostos e percentuais. Ela é uma mudança de valor. Precisa ser trabalhada de modo transversal e interdisciplinar para que todos os professores e todas as disciplinas se apropriem do conceito e transformem sua aula.”

A superintendente da AEF-Brasil também afirma que a educação financeira deve levar para as crianças uma visão de que poupar vai além de colocar as moedas no cofre. “Nós poupamos quando apagamos a luz ou fechamos uma torneira. São todos exemplos simples que estão de fato amparados na formação da educação financeira”, exemplifica.

Educação financeira na prática

Na rede estadual do Tocantins, a educação financeira já é uma realidade presente no dia a dia das escolas. Além do tema estar presente no Plano Estadual de Educação, toda a educação básica participa de um programa que inclui material didático específico para estudantes e professores. “Temos um documento orientador elaborado pela secretaria que recomenda que pelo menos quatro professores de cada turno atuem como multiplicadores do programa nas suas escolas”, diz Alessandra Camargo, coordenadora do programa Educação Financeira e gerente de formação da rede.

O trabalho teve início em 2010, por meio de uma parceria feita com a AEF-Brasil, que se dedica ao desenvolvimento de tecnologias sociais e educacionais para promover a educação financeira no país. Depois de realizar um projeto piloto com 17 escolas, a rede do Tocantins começou a expandir o programa e hoje trabalha com a temática de forma transversal nas escolas. “Não tratamos apenas de matemática, mas de todas as disciplinas.”

[Disponível em: <http://porvir.org/educacao-financeira-na-sala-de-aula-e-investir-na-vida-fora-da-escola/>]

Tema 8

A violência obstétrica em debate no Brasil

Violência obstétrica atinge 1 em cada 4 gestantes no Brasil, diz pesquisa

Brasil não possui lei federal que especifique esse tipo de violência

Por Amanda Hamermüller e Thayse Uchôa

Recusa de atendimento, procedimentos médicos desnecessários e agressões verbais são algumas das situações que configuram violência obstétrica. O termo se refere aos diversos tipos de agressão a mulheres gestantes, seja no pré-natal, no parto ou pós-parto.

Sofrer algum tipo de violência obstétrica é realidade para 1 em cada 4 mulheres no Brasil, segundo o estudo “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, realizado pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC), em 2010.

Dor além do parto: o olhar de quem sofreu

Deise tem 38 anos e é técnica de enfermagem. Natural de Santa Maria, mas residente em Porto Alegre, ela tem dois filhos: um menino de 20 anos e uma menina de 11.

No primeiro parto, em 1997, Deise sentiu na pele o que era a violência obstétrica. Optando pela rede de saúde privada, a técnica de enfermagem escolheu cada detalhe com atenção, desde a médica que atenderia até o hospital com os melhores recursos para atender à chegada de seu primeiro filho. Deise também visitou maternidades, para conhecer os atendimentos e escolher a que melhor se acomodasse às suas preferências.

Tipos de violência obstétrica:

VIOLÊNCIA POR NEGLIGÊNCIA – Negar atendimento ou impor dificuldades para que a gestante receba os serviços que são seus por direito. Essa violência ocasiona uma jornada de busca por atendimento durante o pré-natal e por leito na hora do parto. Ambas são bastante perigosas e desgastantes para a futura mãe. Também diz respeito a privação do direito da mulher em ter um acompanhante, o que é garantido por lei desde de 2005.

VIOLÊNCIA FÍSICA – Práticas e intervenções desnecessárias e violentas, sem o consentimento da mulher, como a aplicação do soro com ocitocina, lavagem intestinal (além de dolorosa e constrangedora, au-

menta o risco de infecções), privação da ingestão de líquidos e alimentos, exames de toque em excesso, ruptura artificial da bolsa, raspagem dos pelos pubianos, imposição de uma posição de parto que não é a escolhida pela mulher, não oferecer alívio para a dor, episiotomia sem prescrição médica, “ponto do marido”, uso do fórceps sem indicação clínica, imobilização de braços ou pernas, manobra de Kristeller (procedimento banido pela Organização Mundial de Saúde, em 2017). A cesariana também pode ser considerada uma prática de violência obstétrica, quando utilizada sem prescrição médica e sem consentimento da mulher. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o segundo país com maior percentual de partos realizados por cesárea no mundo: enquanto a OMS orienta uma taxa ideal entre 25 e 30%, a realidade brasileira aponta que 55,6% dos partos são realizados com essa prática. O percentual é ainda mais alto na medicina privada, na qual 85,5% dos partos são feitos a partir de cesariana, de acordo com dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

VIOLÊNCIA VERBAL – Comentários constrangedores, ofensivos ou humilhantes à gestante, seja a inferiorizando por sua raça, idade, escolaridade, religião, crença, orientação sexual, condição socioeconômica, número de filhos ou estado civil, seja por ridicularizar as escolhas da paciente para seu parto, como a posição em que quer dar à luz.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA – Toda ação verbal ou comportamental que cause na mulher sentimentos de inferioridade, vulnerabilidade, abandono, medo, instabilidade emocional e insegurança.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA EM CASOS DE ABORTAMENTO – Embora seja muito aliada ao parto em si, mulheres que sofreram um aborto também podem ser vítimas de violência obstétrica. Isso pode acontecer de diversas maneiras: negação ou demora no atendimento, questionamento e acusação da mulher sobre a causa do aborto, procedimentos invasivos sem explicação, consentimento ou anestesia, culpabilização e denúncia da mulher.

É importante salientar que a violência não parte apenas do médico obstetra. Ela pode ser cometida por toda a equipe de saúde e até por recepcionistas e pela administração do hospital.

[Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2018/01/28/violencia-obstetrica-atinge-1-em-cada-4-gestantes-no-brasil-diz-pesquisa/>]

Tema 9

A automedicação no Brasil e seus possíveis prejuízos à saúde

A automedicação é prática comum a mais de 90% da população

Pesquisa exclusiva aponta que dor de cabeça é responsável por quase metade da medicação sem prescrição médica dos moradores do Sudeste.

Quem tem **dor**, tem pressa. E, nesta questão, a pressa dos brasileiros mostra-se ainda maior, já que o Brasil ocupa o posto de recordista em automedicação. De acordo com a Pesquisa “O comportamento da **Dor** do Paulista” realizado pelo Instituto de Pesquisa Hibou, a pedido da Medecell do Brasil em 2014, o brasileiro da região Sudeste se automedica de forma indiscriminada e sem medo das consequências. Apenas 8% dos entrevistados nunca se automedicaram em um episódio de **dor**.

A pesquisa revela que as **dores** que mais afetam os paulistanos são **dores de cabeça** (42%), **dor lombar** (41%), **dor cervical** (28%) e **dores nas pernas** (26%), responsáveis por grande parcela do consumo indiscriminado de analgésicos orais. De acordo com a definição da Anvisa, a automedicação ocorre quando há o uso de medicamentos por conta própria ou por indicação de pessoas não habilitadas para algum problema de saúde em geral não diagnosticado ou clinicamente identificado.

Será que esta atitude dos pacientes decorre da dificuldade de ter acesso a uma consulta médica, falta de conhecimento das perigosas consequências de ingerir uma droga sem prescrição ou apenas um hábito tão arraigado em nosso cotidiano que deixamos de refletir sobre isto? Segundo pesquisa do Instituto Hibou, realizado em 2014 com 1.216 moradores do estado de São Paulo, mesmo tendo consciência dos malefícios da ingestão excessiva ou inadequada, 45% da população acredita que automedicar-se só é prejudicial no caso de remédios identificados com tarja vermelha ou preta.

Para demonstrar a gravidade deste assunto, basta dizer que os medicamentos são o principal agente causador de intoxicação em seres humanos no Brasil desde 1994, que segundo dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), em 2012 registrou cerca de 8 mil mortes. Para 56% dos entrevistados, o uso de uma opção não medicamentosa segura para o **alívio da dor** seria a solução ideal, pois eles acreditam que o uso de medicamentos tem um efeito nocivo à saúde, impactando na qualidade de vida no futuro.

Dessa amostragem, 39% faz o uso de medicamentos orais para o **alívio da dor**, mas apenas em últimos casos, 24% utiliza medicamentos conforme o **tipo de dor**, 20% não toma medicamento de forma alguma e outros 17% prefere recorrer inicialmente a terapias alternativas e receitas caseiras antes de usar um analgésico.

De uma forma geral, os dados mostram que 74% da população paulista tem em mente que a automedicação é prejudicial à saúde e que evitar o consumo de medicamentos pode ser benéfico para a **boa saúde** no futuro. A longevidade com **qualidade de vida** é o grande desafio das populações dos grandes centros que são impactados diariamente com os fatores de stress, como o trânsito, a violência, poluição etc. Além dos efeitos nocivos, às vezes a longo prazo, a ingestão indiscriminada de analgésicos pode mascarar uma doença mais grave, ou até mesmo agravá-las.

[Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/especial-publicitario/medecell-do-brasil/desligue-a-dor/noticia/2016/08/automedicacao-e-pratica-comum-em-mais-de-90-da-populacao.html>]

Tema 10

Os efeitos do bullying para o processo educativo

Casos de bullying nas escolas cresce no Brasil, diz pesquisa do IBGE

Aparência física é um dos principais motivos de bullying.

Problema é considerado de saúde pública.

Casos de bullying nas escolas cresce no Brasil, diz pesquisa do IBGE

Aparência física é um dos principais motivos de bullying.

Problema é considerado de saúde pública.

Ana Carolina Raimundi - Rio de Janeiro

A aparência física é um dos principais motivos de bullying nas escolas, um problema considerado de saúde pública. O número de casos de jovens submetidos a situações de humilhação vem crescendo, de acordo com pesquisa do IBGE sobre a saúde do estudante brasileiro.

Para quem sofre, não é brincadeira, não tem graça e pode deixar marcas. “Ficarem chamando de gordo, magro, julgar a aparência. Eu senti que meu coração ia cair”, diz Maria Clara, de nove anos, vítima de bullying.

Karine Sales Braune é mãe de Maria Clara, que já teve problemas em três escolas. Eram sempre as mesmas ofensas gratuitas: “A reação dela é, às vezes, ficar quieta, se fechar”.

A menina é amorosa e tímida. Ficou mais tímida nos últimos tempos, mas prefere perdoar os colegas. “Ela tenta relevar as coisas que acontecem com ela. Claro que magoa. Ela não quer tocar no assunto, pra ela, passou a dor, morreu o assunto. Ela abstrai, perdoa e não quer nem falar do assunto”, relata a mãe.

A mãe pede para ela contar tudo sempre e conta com a ajuda da escola: “As outras duas escolas mal abordaram o tema. Nessa escola que a Maria está, eles resolveram prontamente a questão e eu acho que tem que ser assim”.

Mesmo que muitos pais não saibam, esse sentimento é muito comum entre as crianças e adolescentes. Quase a metade dos alunos entrevistados na pesquisa (46,6%) diz que já sofreu algum tipo de bullying e se sentiu humilhado por colegas da escola. A maioria (39,2%) afirmou que se sentiu humilhado às vezes ou raramente e 7,4% disseram que essa humilhação acontece com frequência e entre os principais motivos está a aparência.

Comparando a pesquisa anterior, feita em 2012, o número de casos de alunos que relataram já ter se sentido assim no colégio aumentou. Em 2015, eram 46,6% dos alunos. Em 2012, eram 35,3%.

Uma escola no Rio de Janeiro tem um programa de combate ao bullying. São debates, aulas de arte que começa com os alunos entendendo o que essa palavra realmente significa. Eles estudaram inclusive a lei do bullying, que diz que o responsável pode até ser processado se o caso for comprovado.

Pela pesquisa, dois em cada 10 estudantes já praticaram bullying e as agressões partem mais dos meninos. Gabriel de Castro, de 14 anos, já sofreu e já praticou bullying, mas com entendimento, as coisas mudaram: “Fui aprendendo que essas brincadeiras que eu fazia não eram legais e isso magoava as pessoas”.

[Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/08/casos-de-bullying-nas-escolas-cresce-no-brasil-diz-pesquisa-do-ibge.html>]

Tema 11

Os impactos e causas da obsolescência programada de produtos

Texto I

Desde a Revolução Industrial, a relação entre consumo, indivíduo e sociedade tem sido uma das principais discussões dentro das Ciências Humanas, que buscam, desde então, entender e explicar como o novo modo de produção transforma e afeta a sociedade moderna. Com a produção em massa, surgia também a necessidade da indústria de conhecer melhor o perfil dos seus consumidores e, principalmente, de criar novas maneiras para incentivá-los a comprar cada vez mais. Foi na década de 1920 que a indústria de lâmpadas decidiu então aplicar o conceito de “obsolescência programada” na linha de produção, o que reduz a vida útil dos produtos para que o consumidor tenha de trocá-lo com mais frequência.

Disponível em: <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/mag/20786930.html> Acesso em 14 agosto 2017

TEXTO II

A Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, criada com base no citado artigo 225 da Constituição Federal, também prevê princípios e objetivos básicos que tentam assegurar a proteção ao meio ambiente, inclusive reforçando em seus artigos 30 a 33 a responsabilidade compartilhada entre Poder Público, fornecedores de produtos e consumidores, sobre o ciclo de vida dos produtos, suas embalagens e a forma correta do descarte de pilhas, pneus, óleos, lâmpadas, produtos eletrônicos e demais componentes, a fim de evitar não só a Obsolescência Programada, mas também o manejo correto de todo o lixo e sua devida reciclagem.

Aliado ao aspecto ambiental, também encontramos amparo no Código de Defesa do Consumidor, que prevê, como um direito básico dos consumidores, o direito à educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços (art. 6º, II, CDC), bem como o direito a informação adequada e clara (art. 6º, III, CDC), a fim de garantir que os consumidores tenham plena ciência de todas as características do produto, inclusive sobre sua durabilidade e maneira correta de descarte, de forma a garantir a plena liberdade de escolha dos consumidores no ato da aquisição de tais produtos, equilibrando, ao final, a relação de consumo.

No entanto, caso o consumidor não seja amplamente informado de todas as características do produto e seja, de alguma forma, prejudicado pela prática abusiva da Obsolescência Programada, poderá ele se valer do do Poder Judiciário, a fim de ver reparada sua insatisfação.

Disponível em: <https://www.idec.org.br/em-acao/artigo/um-mal-a-ser-combatido-a-obsoloscencia-programada>

Tema 12

Quais os limites da liberdade de expressão nas redes sociais?

O primeiro texto de apoio é um trecho do “Marco Civil da Internet”, um movimento legislativo para buscar certo controle estatal do que ocorre na rede:

“Introdução

A tramitação do chamado Marco Civil da Internet, sancionado em 23 de abril de 2014 e transformado na Lei 12.965, suscitou acalorados debates na sociedade e no Parlamento. Por diversas vezes as discussões colocaram em lados diametralmente opostos segmentos das mais diferentes matizes. Sendo a internet uma ferramenta utilizada pela maioria da população e pelas pequenas, médias e grandes empresas, o Projeto de Lei 2.126 de 2011, apresentado na Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo, teria grande impacto qualquer que fosse a solução legislativa resultante de sua tramitação.

A iniciativa, batizada com o epíteto de Constituição da Internet, tal como expresso na ementa, “**estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil**”. Além de ser uma **declaração de princípios para usuários e garantir a privacidade, os direitos humanos e o exercício da cidadania em meios digitais**, a proposta buscava também regulamentar diversos aspectos relacionados à exploração comercial e governamental da grande rede. Várias foram as polêmicas nos assuntos tratados. A guarda dos dados dos usuários pelas empresas de conexão à internet e pelas empresas responsáveis pelos conteúdos disponíveis na internet, a neutralidade da rede e o armazenamento dos dados dos internautas no país estiveram entre os assuntos que mais geraram embates entre empresas de telecomunicações e de conteúdo na internet, detentores de direitos autorais, governo, grupos articulados de usuários e tantos mais.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS

Art. 7º) O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:

- I) inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
- II) inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, salvo por ordem judicial, na forma da lei;
- III) inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial.”

Além disso, colo aqui um vídeo que explica do que se trata essa lei:



AUTOR: Agência Riot

Tema: Lei 12.965, Marco Civil da Internet

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uXweIVha2HU>>

Para exemplificar casos em que a “liberdade de expressão” de alguns invadiu a condição cidadã de outros, colo alguns endereços eletrônicos em que se noticiam casos de racismo na rede: contra Taís Araújo (<http://www.revistaforum.com.br/.../tais-araujo-e-vitima-de-a.../>), contra Maria Júlia Coutinho (<http://f5.folha.uol.com.br/.../1653096-policia-identifica-sus...>). E basta vocês colocarem no Google “Valentina Master Chef jr tweet”, para assistir a outro caso de “abuso de liberdade” em rede.

Espero que façam desse assunto um momento de reflexão sobre a nossa responsabilidade ao tornar público seja lá o que queiramos tornar.



PROF.
FELIPE PEREIRA

Desperte o bom texto que há em você

www.profelipereira.com